



Governadores discutirão rateio de recursos para os estados

Nesta semana pautada pelos debates sobre pacto federativo, reunião com parlamentares vai buscar consenso para regras que devem ser votadas dia 19

Além do encontro com governadores na quarta-feira sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados, Congresso vai discutir temas como unificação do ICMS.

Outra pauta importante é a votação do Orçamento 2013 pelo Senado, amanhã, para concluir decisão iniciada quinta-feira, quando a Câmara aprovou o texto. **3**



Roberto Stockert Filho/PR

Estados e municípios receberão investimentos na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, conforme a presidente Dilma Rousseff anunciou para governadores e prefeitos durante reunião na semana passada

Audiência vê risco para agropecuária

A falta de investimentos em infraestrutura eleva o preço final de produtos agropecuários no Brasil e pode causar um apagão logístico, segundo especialistas

ouvidos pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na sexta-feira. A audiência aconteceu no Rio Grande do Sul, em feira internacional sobre agronegócio. **4**



Evandro Kondraty/Gabinete Ana Amélia

Debates com representantes do governo e do setor agropecuário foram coordenados pela senadora Ana Amélia (3ª à esq.)



Carlos Humberto/SCo/STF

Despacho de Fux atende a mandado de parlamentares do RJ e ES insatisfeitos com novos critérios de divisão dos royalties do petróleo

Fux pede informações sobre derrubada de vetos de Dilma

O ministro do STF Luiz Fux encaminhou ao presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros,

pedido de informações sobre a sessão que derrubou os vetos presidenciais à nova Lei dos Royalties. **2**

Renan comemora recuo da inflação devido à energia mais barata **2**

Pesar pela morte de Lourival Batista, ex-governador de SE e ex-senador **2**

Secs | Suprês — Criação e Marketing

Cidadãs

e a Constituição de 1988

lutas e conquistas

Para celebrar o Mês da Mulher, o Senado apresenta uma viagem no tempo, com as prévias da Assembleia Nacional Constituinte, as conquistas posteriores à promulgação da Constituição de 1988 e as vitórias ainda por vir.

de 6 a 31 de março | Senado Galeria e Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima Saiba mais sobre essa e outras ações em: www.senado.leg.br/mesdamulher2013



Fux pede informações sobre sessão que derrubou vetos

Despacho do ministro do STF foi encaminhado ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, e atende a parlamentares do RJ e ES que contestam novos critérios de distribuição dos royalties do petróleo

O MINISTRO DO Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux pediu, na sexta-feira, informações ao presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, sobre a sessão que derrubou os vetos parciais da presidente Dilma Rousseff ao novo sistema de distribuição dos royalties do petróleo.

O pedido é relativo ao mandado de segurança impetrado por parlamentares do Rio de Janeiro e Espírito Santo insatisfeitos com as mudanças nos critérios de distribuição dos recursos previstas na Lei 12.734/12.

No mandado, assinado por 25 deputados e pelos senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Lindbergh Farias (PT-RJ), os parlamentares pedem a suspensão dos efeitos da votação. Afirmam que o presidente do Congresso agiu com “ilegalidade e abuso de poder” ao conduzir os trabalhos na sessão de quarta-feira, que entrou pela madrugada.

Segundo os autores do mandado, Renan “feriu o direito



Sessão do Congresso semana passada derrubou vetos de Dilma à Lei dos Royalties

líquido e certo dos impetrantes de participar do processo legislativo constitucional”.

Também argumentam que houve desrespeito a prazos regimentais depois que o Planalto admitiu uma falha e foi obrigado a republicar os vetos na terça-feira. Na opinião deles, seria necessária a formação de uma outra comissão específica e a elaboração de novo parecer a fim de que a matéria pudesse ir a Plenário.

Por meio da assessoria de imprensa, Renan informou que vai se manifestar sobre o assunto no curso do processo. Esse é o terceiro mandado de

segurança no Supremo, todos apontando irregularidades formais na sessão e desrespeito a regimentos internos do Parlamento.

Educação

Na próxima quinta-feira, a comissão mista que analisa a Medida Provisória 592/12, que destina o dinheiro dos royalties à educação, fará audiência pública com a presidente da Petrobras, Graça Foster, e a diretora da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard. A comissão é presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Energia mais barata faz inflação recuar, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou, durante inauguração de uma agência do INSS em Ouro Branco (AL), o recuo da inflação divulgado pelo IBGE na sexta-feira. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 0,6% em fevereiro, recuando

0,26% em relação ao de janeiro. Segundo o IBGE, a redução na conta de luz foi a principal razão da desaceleração de preços.

— O alívio na conta da luz faz bem ao bolso do trabalhador e às contas do governo, que tem de manter a inflação dentro da meta. Precisamos ter coragem e propor novas desonerações

para ajudar o país a retomar o crescimento — afirmou Renan.

A MP 579/12, prevendo redução de encargos na conta de luz, foi relatada por Renan, que incluiu sugestões como a incorporação da indenização das concessionárias cujos investimentos não estavam sendo amortizados.

Morre, aos 97, ex-senador Lourival Baptista

A morte do ex-senador e ex-governador de Sergipe Lourival Baptista, aos 97 anos, na sexta-feira, foi lembrada por dois senadores.

Em nota, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que “Lourival Baptista desempenhou importante papel na sociedade, em especial para

o povo sergipano, deixou um legado de desenvolvimento em todos os cargos públicos que exerceu, como governador de Sergipe, como senador, como deputado e sempre prezou pelos valores humanistas de sua profissão de médico”.

Eduardo Amorim (PSC-SE) também divulgou nota.

O senador lembrou obras importantes de Baptista, como o Estádio Baptistão e o prédio do Tribunal de Contas de Sergipe. Disse que foi um herói na luta pela democracia e se destacou pela ênfase no trabalho e no progresso.

Lourival Baptista foi senador entre 1970 e 1985.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão não deliberativa de hoje é destinada a pronunciamentos de senadores.

CDH Segurança no trabalho

9h Para debater segurança e saúde no trabalho, a Comissão de Direitos Humanos promove audiência pública com a representante da Organização Internacional do Trabalho, Lais Abramo, entre outros.

CAE Unificação do ICMS

18h30 Audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos visa instruir projeto de resolução e discutir medida provisória que tratam da unificação do ICMS.

TERÇA

CÓDIGO DO CONSUMIDOR Ações

8h30 Ações coletivas é o tema de audiência da comissão que trata da reforma no Código de Defesa do Consumidor. Entre os participantes, o promotor de justiça de Goiás e presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, Murilo de Moraes e Miranda.

CAS Estatuto da Juventude

9h Instrução de projeto que institui o Estatuto da Juventude. O senador Raulo Rodrigues é um dos participantes da audiência pública.

CAE Unificação do ICMS

9h Audiência pública sobre projeto de resolução e medida provisória que tratam da unificação do ICMS. Foi convidado o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, entre outros.

CCT Exploração sexual de menores

9h Um dos projetos na pauta estabelece que emissoras de radiodifusão veiculem mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da internet.

CE Despesas com cultura

11h Análise de projeto que inclui despesas orçamentárias destinadas à cultura entre as que não podem ser contingenciadas.

CMCC Plano de trabalho

11h A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas se reúne para deliberação do plano de trabalho de 2013.

CMA Passagens aéreas

11h30 Dois projetos que aumentam garantias para compra de passagens aéreas serão analisados pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

BELO MONTE Nova subcomissão

14h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente, vice-presidente e relator da Subcomissão para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

REGIMENTO INTERNO Eleição

14h30 Instalação da comissão mista encarregada de promover a reforma do Regimento Interno do Senado. Serão eleitos o presidente, vice-presidente e relator.

CONGRESSO Orçamento 2013

19h Sessão do Congresso Nacional para votação do Orçamento de 2013.

QUARTA

CI Caminhoneiros

8h30 Votação de projeto de obriga caminhoneiros profissionais a fazer avaliação de saúde anual para continuar exercendo a atividade.

CAS Incentivo aos estudos

9h O valor pago pelo empregador ao empregado para custear a educação poderá ficar fora da base de cálculo para efeitos fiscais, conforme projeto na pauta.

CCJ PEC das Domésticas

10h Na pauta da comissão, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estende aos empregados domésticos os direitos já assegurados aos demais trabalhadores.

PACTO FEDERATIVO Governadores

11h Reunião dos presidentes do Senado e da Câmara com governadores e líderes partidários sobre o pacto federativo.

QUINTA

CAE/CCJ/CDR FPE

10h As três comissões realizam audiência pública para instruir projetos que estabelecem novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

CÓDIGO PENAL Audiência pública

10h Audiência sobre a reforma do Código Penal com a participação de Juarez Cirino dos Santos e Rogério Sanches Cunha.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Governadores vão debater distribuição do FPE

Reunião com parlamentares na quarta-feira, em busca de consenso para rateio de recursos, faz parte de jornada da semana sobre pacto federativo

GOVERNADORES DOS 26 estados e do Distrito Federal estarão no Congresso quarta-feira para se reunir com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, acompanhados dos líderes partidários das duas Casas. O objetivo é definir uma pauta mínima sobre pacto federativo e produzir um texto de consenso sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE), a ser votado dia 19 no Plenário do Senado.

Alguns governadores, escolhidos pelo critério de representação regional, deverão voltar ao Senado no dia 20, quando a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai discutir reforma do ICMS, compensação aos estados e fundo de desenvolvimento regional. São esperados Simão Jatene (Pará), Wilson Martins (Piauí), Silval Barbosa (Mato Grosso), Geraldo Alckmin (São Paulo), Tarso Genro (Rio Grande do Sul) e Renato Casagrande (Espírito Santo). Os mesmos temas serão tratados em audiência pública no dia 21, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

As reuniões com governadores fazem parte de uma jornada para tratar de projetos que repercutem nas relações entre os estados. Além do FPE e dos assuntos a serem discutidos na CAE, estão na pauta desta semana repactuação de dívidas dos estados com a União e solução para o problema da guerra fiscal



Em reunião com Dilma Rousseff (E) na quarta-feira, governadores e prefeitos ouviram a presidente anunciar investimento de R\$ 33 bilhões para estados e municípios

Hoje, a CAE ouvirá os ex-ministros Nelson Machado e Guilherme Dias, o ex-governador gaúcho Germano Rigotto e os economistas José Roberto Afonso e Bernard Appy. Na mesa de discussões, o projeto (PRS 1/13) que unifica gradualmente as alíquotas interestaduais do ICMS e a medida provisória (MP 599/12) que compensa financeiramente os estados pela redução desse imposto e cria um fundo de desenvolvimento regional.

Guerra fiscal

Uma das propostas mais importantes do pacto federativo está em análise na Câmara. O PLP 238/13 facilita o perdão dos créditos tributários decorrentes da guerra fiscal. Como os incentivos fiscais foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, o projeto, se aprovado, pode amortecer o efeito dessa decisão nas contas dos estados que concederam esses benefícios (pelo menos 20).

O projeto ainda reduz

encargos das dívidas dos estados com a União: em vez de atualização pelo IGP-DI mais juros que variam de 6% a 9%, o Executivo propôs a correção pelo IPCA mais juros de 4%, critério semelhante ao adotado em projetos de Eduardo Braga (PMDB-AM) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

Amanhã, a CAE ouvirá o secretário-executivo do Ministério da Fazenda e presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Nelson Barbosa, e os secretários da Fazenda Cláudio Trinchão (MA), Afonso Lobo (AM), Paulo Câmara (PE), Carlos Benevides (CE), Jader Julianelli (MS), Leonardo Colombini (MG) e Luiz Carlos Haully (PR).

Quinta-feira, a CAE e as Comissões de Constituição e Justiça e de Desenvolvimento Regional e Turismo vão se reunir com Cláudio Trinchão, coordenador nacional dos secretários da Fazenda no Confaz. Na pauta, oito projetos sobre distribuição do FPE.

Senadores votam proposta orçamentária amanhã

Está marcada para amanhã à noite a sessão do Congresso para que o Senado vote o Orçamento de 2013. A votação foi iniciada na madrugada de quinta-feira, quando a Câmara aprovou o texto, mas a conclusão foi adiada por falta de quórum no Senado.

O projeto da lei orçamentária (PLN 24/12) prevê R\$ 2,28 trilhões em despesas.

Na madrugada de quinta, logo após o exame dos vetos presidenciais à Lei dos Royalties, o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, decidiu que a votação do Orçamento seria feita na Câmara, mas seria adiada no Senado. Ele tomou a decisão depois que o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), anunciou que poderia solicitar a verificação de quórum.

Líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI) lamentou o adiamento, afirmando que havia um acordo para que o texto fosse aprovado na Câmara e no Senado e que a oposição participou do entendimento.

— Na Câmara, o acordo foi cumprido. Mas a mesma coisa não aconteceu no Senado — disse Wellington.

O relator do Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR), reconheceu que faltou quórum entre os senadores, mas frisou que “não será nenhum problema ter 41 senadores” amanhã.

Aloysio está entre os que argumentam que o Orçamento só pode ser votado após o exame de todos os vetos presidenciais pendentes. Segundo ele, a Constituição é clara quanto a isso.

Aloysio diz que BNDES está caminhando para o precipício



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) sugeriu que os resultados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2012 sejam debatidos pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo ele, o BNDES registrou queda de 10% no lucro, passando para R\$ 8,2 bilhões.

— Fosse um banco particular, a diretoria seria escorraçada imediatamente, mas no governo atual nada acontece. A barca segue seu rumo a caminho do precipício — observou o senador.

Aloysio disse que o resultado foi pior no BNDESPAR, que financia empresas privadas. A divisão do banco teve perda de 93% no retorno financeiro: de R\$ 4,3 bilhões, em 2011, para R\$ 300 milhões, no ano passado. O senador criticou a forte injeção de recursos do Tesouro Nacional no BNDES, em operações classificadas por ele como “questionáveis”, entre elas o aporte, em 2011, de R\$ 700 milhões na criação da LBR — Lácteos Brasil S.A., uma das maiores produtoras de leite do país.

Anibal destaca avanços sociais durante os governos do PT



Anibal Diniz (PT-AC) disse que seu partido produziu, em dez anos no poder, resultados “infinidamente” superiores aos registrados nos oito anos de governo do PSDB. Crescendo a uma média anual de 5,1%, de 2006 a 2011, segundo o senador, o Brasil obteve conquistas sociais comparáveis às de um país com avanço anual de 13% no PIB.

— O Brasil cresceu com distribuição de renda, retirou milhares de pessoas que estavam abaixo da linha de pobreza, que não tinham sequer identidade.

Para Anibal, erradicar a miséria é um alvo muito mais importante que obter um PIB elevado sem distribuição de renda. Ele observou que a China, a Índia e a Rússia cresceram mais que o Brasil, mas não apresentam melhorias no quadro de renda nem a mesma preocupação com as políticas sociais.

Com relação à Petrobras, afirmou que as críticas atuais ocorrem porque houve redução de lucro. Ele salientou, porém, que a estatal não é deficitária e que continuará sendo um orgulho nacional.

Para Souza, Brasil precisa de legislação contra o terrorismo



O Brasil precisa de uma legislação moderna para combater o terrorismo, segundo Sérgio Souza (PMDB-PR), principalmente porque o país vai sediar, nos próximos anos, grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014.

— Que possamos dar uma resposta ágil, preenchendo esta lacuna no nosso ordenamento jurídico e corroborando o fato de o Brasil ser signatário de diversas convenções internacionais que tratam do terrorismo — observou o senador.

Para Souza, o Brasil pode ser um alvo para grupos terroristas de todo o mundo durante esses eventos, já que receberá turistas de diversas nacionalidades. Além da Copa de 2014, o Brasil sedia este ano a Copa das Confederações e, em 2016, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

— A legislação vigente limita a prática do terrorismo ao contexto da criminalidade política. Era típico da ditadura e foi criada justamente contra aqueles que militavam contra a ditadura — afirmou o senador.

Audiência da Comissão de Agricultura debate problemas na infraestrutura que prejudicam a produção agrícola nacional e elevam o preço final para o consumidor

Evento Kondarcy/Gabinete Ana Amélia



Ana Amélia (3ª à esq.) coordenou o debate com Ricardo Pires Thomé, Rodrigo Otaviano Vilaça, Nei César Mânica, José Carlos Becker e Elisângela Pereira Lopes

Especialista aponta risco de apagão logístico na agropecuária brasileira

UM APAGÃO LOGÍSTICO na produção agropecuária do Brasil é iminente, segundo a assessora da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Elisângela Pereira Lopes. Em audiência realizada sexta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), ela lamentou que o investimento do país em infraestrutura seja de 0,42% do produto interno bruto (PIB), enquanto a China chega a investir 7%. O debate foi proposto por Ana Amélia (PP-RS) e ocorreu dentro da programação do último dia da Expodireto Cotrijal 2013 — feira internacional que ocorreu semana passada

em Não-Me-Toque (RS).

Elisângela reclamou da alta carga tributária, da insegurança jurídica e do elevado custo operacional da produção e do transporte — que chega a ser três ou quatro vezes maior que o custo nos Estados Unidos ou na Argentina. A representante da CNA disse que problemas da logística têm tirado renda do produtor e destacou que o agronegócio responde por 30% dos empregos formais do Brasil e tem garantido o superávit da balança comercial.

O presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI), José

Carlos Becker, disse que gargalos da infraestrutura impedem um escoamento eficiente da safra brasileira. Segundo ele, investimento em infraestrutura é urgente para o aumento da qualidade da agropecuária.

Estradas e portos

O presidente da ABTI acrescentou que a agropecuária das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul responde por quase 90% do total da produção brasileira, mas os maiores investimentos públicos em infraestrutura têm ocorrido no Norte, que tem 2% da produção do país. Ele pediu duplicação de estradas

e agilidade nos portos.

— No primeiro momento, o produtor sofre. Depois, o consumidor vai pagar mais caro pelo produto — alertou.

O representante da Associação Brasileira de Logística (Abalog), Rodrigo Otaviano Vilaça, disse que o governo não pode investir somente em transporte, pois as estradas são apenas uma parte da logística. Ele criticou a burocracia dos processos de investimento e sugeriu mais parcerias público-privadas e mais integração dos órgãos.

— São mais de sete órgãos para cuidar do transporte no país — criticou.

Representantes do governo apresentam projetos de investimento

O chefe do Serviço de Logística e Aviação Agrícola do Ministério da Agricultura, Ricardo Pires Thomé, disse que o governo tem um plano de construção de armazéns, o que vai ampliar a capacidade de estoque do país nos próximos seis anos.

Segundo Thomé, o plano prevê parcerias com a iniciativa privada e vai dar ênfase na construção de armazéns comunitários no campo. Ele disse que há cerca de 20 anos o governo federal não investia em armazenagem.

José Kléber Macambira, representante da Empresa de Planejamento e Logística, ressaltou que o governo está atento às dificuldades e traçou um plano de investimentos que pode chegar a R\$ 121 bilhões em 30 anos. Segundo Macambira, há a previsão de construir mais 7 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias, além de duas estatais para cuidar da logística e do setor ferroviário.

— A ideia é tornar o produto brasileiro mais competitivo. Logística mais integrada é fundamental — afirmou.

Cidadãos enviam perguntas pelo Twitter e pelo Alô Senado

Ana Amélia, que presidiu a audiência, transmitida pela TV Senado, apresentou perguntas enviadas de várias partes do país por meio do Twitter e do serviço Alô Senado. De Cacoal (RO), a produtora Lúcia Almeida disse que o governo não dá atenção ao produtor

rural. Carlos Jean Pereira Gonzaga, de São Gonçalo (PI), perguntou o que o governo pode fazer para melhorar a logística do país.

Ricardo Thomé, do Ministério da Agricultura, reconheceu que algumas regiões são carentes de infraestrutura logística.

Segundo ele, o governo terá de investir nos modais hidroviários para escoar a produção.

Outros dois telespectadores reclamaram que os representantes do governo não responderam de forma prática aos questionamentos. Ana Amélia disse que a opinião deles

refletia também a opinião da CRA e cobrou mais atenção do governo e da CNA.

— Não tivemos aqui o presidente da Empresa de Planejamento e Logística, mas a empresa enviou 35 representantes para Londres — lamentou.

Também participaram do

debate o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), o presidente da Expodireto Cotrijal 2013, Nei Mânica, além de deputados federais e estaduais e representantes de entidades ligadas ao setor agropecuário.

Figueiró pede rodovia federal entre Goiás e Paraná

Ruben Figueiró (PSDB-MS) pediu apoio dos demais senadores à aprovação de um projeto de sua autoria para a construção de uma estrada federal interligando os municípios

de Mineiros, em Goiás, e Umuarama, no Paraná (PLS 73/13). O trajeto passa por uma região de Mato Grosso do Sul chamada Bolsão, que tem um grande potencial relacionado a plantio de eucaliptos e de seringueiras. O projeto possibilitaria uma interligação entre Argentina, Paraguai e o interior do Brasil.

— Ela [a estrada], portanto, é de extrema importância para o desenvolvimento econômico da região e estratégica porque interliga o interior do Brasil às repúblicas do Paraguai e da Argentina — argumentou.



José Cruz/Agência Senado

Santoro cita investimentos federais em infraestrutura

Sodré Santoro (PTB-RR) parabenizou o governo federal por ter completado obras de infraestrutura importantes para o país. Ele citou resultados do ciclo de investimentos

do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, a etapa que vigora no quadriênio 2011-2014.

Santoro disse que o PAC 2 teve dois acertos fundamentais. O primeiro foi o ajuste do planejamento das ações com o calendário de execução das obras. Segundo ele, a execução foi de R\$ 472,4 bilhões — 47,8% do total previsto para o quadriênio. O outro acerto foi a simetria dos avanços verificados em seis eixos do PAC 2: Transporte, Energia, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Cidade Melhor, Água e Luz para todos.



Moreira Matiz/Agência Senado

Paim ressalta conquistas femininas, mas lamenta violência

Ao homenagear as brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado na sexta-feira, Paulo Paim (PT-RS) destacou as conquistas femininas nas áreas de educação e trabalho,

mas observou que a violência contra as mulheres, que havia diminuído com a promulgação da Lei Maria da Penha até 2010, voltou a crescer.

Há 140 anos, lembrou Paim, as mulheres eram proibidas de ingressar na universidade. Hoje representam 60% dos formados. Também afirmou que a população feminina tem em média mais anos de estudo (8,8) do que a masculina (7,7). A participação delas vem crescendo no mundo profissional — 30% dos cargos da magistratura são ocupados por mulheres.



José Cruz/Agência Senado

Para Anibal Diniz, conquistas ainda não se completaram

Anibal Diniz (PT-AC) saudou as conquistas femininas, mas lamentou a persistência de situações de violência contra a mulher e as desigualdades no mercado de trabalho e no acesso aos espaços de poder, “uma realidade que precisa ser definitivamente superada”. O senador citou o ex-ministro da Fazenda da Colômbia Rodrigo Botero Montoya, para quem “a igualdade de gênero é parte essencial da modernidade”.

Ele lembrou que censo demográfico de 2010 constatou que o rendimento médio mensal das mulheres com carteira profissional assinada é 30% inferior ao rendimento dos homens com a mesma idade e o mesmo nível de formação.

— Se a atribuição for a mesma, o salário deve ser igual — defendeu.

No entanto, de acordo com Anibal, muitas conquistas aconteceram desde que seu partido assumiu o governo do país. Disse, porém, que há muito mais a fazer.